

Cunha defende representação para Brasília

No seu quarto mandato, o deputado goiano vem sendo cogitado para ser um dos candidatos ao GDF

Desde que a candidatura da Aliança Democrática, representada pelo ex-governador mineiro Tancredo Neves, passou a ser dada como praticamente invencível no Colégio Eleitoral, indaga-se, em Brasília, quem será o próximo governador do Distrito Federal. Um nome que vem sendo amplamente cogitado nos meios políticos para ocupar o cargo é o deputado goiano Fernando Cunha, do PMDB. Já cumprindo o seu quarto mandato como deputado federal, o parlamentar mora em Brasília há 14 anos, tendo um profundo conhecimento dos problemas da região. Na entrevista, Fernando Cunha aborda as questões fundamentais do Distrito Federal, como a habitação, transporte urbano e educação, entre outras, e se diz favorável à representação política para a capital federal. "É fundamental que a população de Brasília tenha porta-voz", enfatiza. Eis a entrevista.

— **Dentro de um planejamento global de governo do Distrito Federal, quais os princípios que norteariam um eventual plano de governo, de acordo com sua opinião?**

— Poderíamos separar Brasília em vários níveis. O nível básico seria aquele de satisfação imediata das necessidades do cidadão, o que essa estrutura oferece para as pessoas, sua satisfação em termos de condições de vida, para que elas atinjam seus objetivos. O segundo nível seria o da interligação dessa estrutura toda, um nível ainda interno, mas ainda interurbano, ou intra-Distrito Federal. Ai, aflora o problema dos transportes, que é sério, a descentralização dos serviços, já que as populações eram obrigadas, até há pouco tempo, a se deslocar para o Plano Piloto para qualquer coisa, sobrecarregando, dessa maneira, o sistema de transportes, praticamente deixando vazia toda a estrutura das cidades-satélites. O terceiro nível, que é o regional, é onde entra a discussão da região geoeconômica do Distrito Federal. O quarto nível, que seria o nacional, é o da capital federal, o que representa isso para esse

aglomerado. E, extrapolando, qual seria a posição desse aglomerado no conjunto América, já que a posição de Brasília já começa a ser importante, quando há vários organismos internacionais sediados aqui.

— **Nesse primeiro nível, ao qual o senhor se referiu, quais seriam as metas prioritárias?**

— Algumas coisas saltam aos olhos violentamente. As duas coisas que pesam mais na bolsa do assalariado são a moradia e o transporte. Um operário que ganha o salário mínimo e que paga transporte e habitação, tem de saldo, no fim do mês, Cr\$ 27 mil para comprar alimentos para ele e para a família. Isso faz com que a família vá à rua trabalhar e implica uma série de problemas sociais: tirar a mulher de casa, que sai para buscar serviço; deixar os filhos pequenos em casa sem ter quem cuide deles; deixar os filhos menores procurarem empregos como engraxates, lavador de carros, etc. Até o momento, tem se procurado resolver, no Distrito Federal apenas o problema das invasões, mas sem, no entanto, criar novas unidades habitacionais. O problema mais sério hoje, no Distrito Federal, é o da habitação.

— **E quais seriam as medidas a serem tomadas com vistas a solucionar a questão?**

— A solução dependeria de uma mudança de visão com relação ao Distrito Federal. As invasões foram, durante algum tempo, a solução que as populações de baixa renda encontraram para resolver seu problema de moradia. Mais recentemente, a fiscalização sistemática inibiu, mas levou as famílias mais carentes ao desespero. A situação nas cidades-satélites, hoje, é de verdadeiro desespero. Uma família que mora num quartinho de quatro metros quadrados, numa invasão, paga, no mínimo, 30 mil cruzeiros de aluguel. E o governo não está conseguindo ampliar o número de moradias.

— **Essa necessidade de ampliação do número de**

moradias é em função do que já estão aqui ou do fluxo migratório?

— Em função de ambos os fatores. Temos no Distrito Federal cerca de nove mil casamentos por ano. Isso, por si só, representaria a necessidade de nove mil moradias a mais por ano, que poderia ser suprida pela iniciativa privada ou pelo Poder Público. O crescimento vegetativo por si só, independente do fluxo migratório, imporá a necessidade de criação de um número significativo de novas residências. O fluxo migratório, por seu lado, teve um decréscimo muito grande, uma vez que as condições no Nordeste foram melhoradas permitindo que várias famílias retornassem aos seus Estados de origem, e também porque as condições de emprego pioraram aqui em Brasília. Com isso, a pressão se reduziu, embora ainda seja significativa. Assim, temos uma grande demanda reprimida de novas habitações no Distrito Federal.

— **O senhor mencionou mudança de enfoque com relação ao DF. Qual seria?**

— Seria deixar encarar crescimento do DF com um problema, e passar a vê-lo como uma potencialidade do desenvolvimento da região Centro-Oeste. Brasília era uma perspectiva de quebrar o eixo Rio-São Paulo. Há uma outra relação importante. Se há empregos em Taguatinga e há empregos no Plano Piloto, o ônibus que sair de manhã para trazer o trabalhador ao Plano Piloto levará pessoas que irão trabalhar em Taguatinga e voltará cheio também. Isso quer dizer que a passagem será paga, metade por quem vai para Taguatinga e metade por quem volta para o Plano Piloto. Hoje, o operário paga sozinho o transporte, pois o fluxo de tráfego é sempre numa direção só. O operário paga a passagem junto com o assalariado da classe média do Plano Piloto que subsidia essa passagem.

— **Como o DF poderia se beneficiar de sua condição de sede do governo federal?**

— O governo do DF tem agido, até hoje, como mero síndico ou zelador da casa do governo federal, na medida em que o governo federal demanda e o governo do DF atende. Precisamos inverter essa situação, tirar partido disso. A construção do Centro de Convenções, por exemplo, não teve, necessariamente, relação com essas funções de sede do governo federal. Colocou-se apenas como um atrativo turístico, que se entendia que Brasília tinha grande potencialidade. Mesmo nesse campo, tem se explorado muito pouco. O turismo em Brasília dura um dia. Brasília é um fato impar na história do Brasil. Nunca houve nenhuma obra que causasse tanta polêmica e em que o Brasil se afirmasse tanto em termos da sua capacidade. Todo brasileiro se posicionou ou contra ou a favor de sua construção. E nós não exploramos isso. Estamos muito mais preocupados em explorar Planaltina que, no cenário nacional, não tem o mesmo significado que Brasília.

— **Como o senhor vê o problema do ensino no DF?**

— O GDF destina 27% dos seus recursos para a educação. Entendo que o ensino do DF está bem equipado e orientado, sendo que se conseguiu suprir, em grande parte, as necessidades das populações. Sabemos que na periferia algumas crianças estão sem escolas, mas o problema, além de ser de pequenas porções, é mais por falta de meios de deslocamento. Sabemos também das dificuldades encontradas no ensino profissionalizante. Temos, por exemplo, todas essas atividades correlatas que se fazem representar pelo governo local, governo federal, Mobral, Senai, Ceteb, Rondon, Senac, fora outras organizações subsidiadas, que, no entanto, atuam de forma totalmente desconexa, concorrente e superficial. Portanto, muitos dos recursos destinados a essa área, para trabalhar essa mão-de-obra, são perdidos, ficam dispersos. Deveria haver uma política mais objetiva de aplicação desses recursos financeiros e humanos.